

Paper do NAEA Volume 28

Refúgio de Vida Silvestre na Metrópole da Amazônia: conhecimento do patrimônio histórico-cultural local para a gestão da UC¹

Leonard J. Grala Barbosa²

Mirleide Chaar Bahia³



RESUMO

O artigo busca trazer a reflexão sobre a construção histórica de populações tradicionais na área que se transformou na atual Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia. Apesar de ser uma Unidade de proteção integral (IDEFLOR-BIO, 2018), as famílias tradicionais ribeirinhas mantiveram o direito de uso da floresta nas negociações com o Órgão Gestor. Busca-se demonstrar, a partir de metodologia da história oral (BOM MEHY, 1996; ALBERTI, 2002; THOMPSON, 2002), que essas pessoas contribuíram e contribuem para a preservação da área, de modo a consolidar seu direito de permanecer em suas residências manejando produtos da floresta.

Palavras-chave: História Oral. População Tradicional. Unidade de Conservação.

1 Trabalho integrante da dissertação de mestrado do autor, com o título “Comunidades ribeirinhas no processo de consolidação fundiária do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – PA”, orientado pela Prof^a. Dr^a. Mirleide Chaar Bahia, Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU-NAEA, da Universidade Federal do Pará - Brasil.

2 Bolsista do CNPq, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - PPGDSTU-NAEA, da Universidade Federal do Pará – Brasil. E-mail: leograla@gmail.com.

3 Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFGA); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFGA).

ABSTRACT

The article seeks to bring the reflection on the historical construction of traditional populations in the area that has become the current Conservation Unit “Refugio de Vida Silvestre Metropole da Amazônia” (Amazonian Metropolis Wildlife Refuge). Despite being a full protection unit (IDEFLOR-BIO, 2018), traditional riverine families maintained the right to use the forest in negotiations with the Management Body. It is tried to demonstrate, from a methodology of oral history (BOM MEHY, 1996; ALBERTI, 2002; THOMPSON, 2002), that these people contributed and contribute to the preservation of the area, in order to consolidate their right to remain in their residences handling forest products.

Keywords: Oral History. Traditional Population. Conservation Unit.

INTRODUÇÃO

A criação de Unidades de Conservação (UC)⁴ costuma trazer desafios variados, novas interações entre Estado e sociedade ocorrem, potencializando conflitos entre uso tradicional de recursos e a necessidade de preservação ambiental (DIEGUES, 2000). Após a criação, costuma haver um hiato até a realização dos estudos que estabelecem as estratégias de gestão da Unidade, a serem alcançadas a partir de Planos de Manejo ou Planos de Gestão⁵. Entre uma e outra etapa, as dúvidas sobre permissões e proibições de uso são parte do cotidiano, especialmente de populações tradicionais que dependem diretamente da obtenção de sua subsistência ao acessar bens naturais que passaram a integrar uma dada UC. No Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia (REVISMA) a situação não foi diferente.

O REVISMA está assentado entre quatro municípios da Região Metropolitana de Belém (RMB), Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Isabel. Segundo seu decreto de criação (Decreto Estadual nº 2.211/2010), possui 6.367,27 hectares e foi configurada por uma história que inclui economia global, com a implantação da Fazenda Oriboca, posteriormente chamada Fazenda Pirelli – empreendimento que tinha por finalidade a extração de látex a partir de seringueiras plantadas, e a interação do modo de vida tradicional, onde é possível encontrar populações ribeirinhas e quilombolas.

A área da antiga Fazenda Pirelli, a qual origina o território componente do Refúgio, atravessou momentos com variadas dinâmicas de expansão regional, dentre os quais as incursões relacionadas à exploração econômica são as mais conhecidas, como a exploração das drogas do sertão⁶, das madeiras nobres, da cana-de-açúcar e da borracha. Tendo por base este contexto geral, esta pesquisa buscou traçar e compreender as interrelações entre os principais acontecimentos históricos na área da RMB que podem ter influência para a futura gestão da UC ao lidar com a posse e o uso tradicional por moradores locais.

Parte-se de estudos realizados para a elaboração do Plano de Gestão da UC REVISMA, dos quais o primeiro autor integrou a equipe, estes dados subsidiam, em parte, sua dissertação de mestrado. A pesquisa tem como aporte metodológico a História Oral Temática. Segundo Bom Meihy (1996) há, ao menos, três abordagens principais em História Oral (HO): história oral de vida, história oral temática e tradição oral. Este autor enfatiza que na História Oral Temática há a possibilidade de alcançar assuntos específicos com maior objetividade, uma vez que os temas seriam pré-determinados pelo pesquisador, que faria as entrevistas com um pré-roteiro focado em obter uma narrativa mais claramente direcionada ao tema.

Para Alberti (2002), a História Oral tem na narrativa seu principal pilar metodológico. As narrativas, gravadas em entrevistas, possui um caráter histórico e documental. Trabalha com sujeitos da história, que ao relatar suas experiências de vida, realizam um trabalho de seleção e ordenamento das ideias e fatos sob a sua lógica dos acontecimentos, dando

4 Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000, s/p.) Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.

5 O Instituto do Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (IDEFLOR-Bio), órgão gestor da UC, utiliza esta expressão em detrimento da expressão “Plano de Manejo” (IDEFLOR-Bio, comunicação pessoal, 2017).

6 Especiarias e produtos como baunilha e salsaparrilha (SANTOS, 1980).

sentido à história do vivido, com sua linguagem adicionam cores que, muitas vezes, não são alcançadas pela história tradicional.

As pessoas que residiam na Fazenda Pirelli à época de seu funcionamento, e que hoje residem em outras localidades foram mapeadas e posteriormente entrevistadas, seus depoimentos são tratados como fontes orais, uma vez que constituem processos de reescrita da história compartilhada (THOMPSON, 2002). Estas histórias são representações sobre os fatos da vida de grupos e indivíduos, compondo sua história social e cultural (PESAVENTO, 2008; JEUDY, 1990) e sobre fatos da memória coletiva revelando-se como uma colcha de retalhos (HALBWACHS, 1990). Ao entrelaçar a história das pessoas comuns com a história oficial da Fazenda e da constituição da UC, busca-se compreender os principais elementos que aproximam o órgão gestor da Unidade, IDEFLOR-Bio, das populações tradicionais.

Para chegar a esses elementos, diferentes documentos foram acessados, em documentos históricos, foram encontradas informações sobre a ocupação da região, que corresponde hoje à RMB. Utilizou-se, ainda, a concepção de Dartiegues (1998) para a análise de narrativas, no intuito de acessar memórias coletivas. As narrativas foram analisadas como um meio de compreender identidades individuais e, ainda, como uma ferramenta metodológica para acessar a identidade coletiva.

As pessoas interpeladas para realização deste estudo foram divididas em dois grupos: um identificado com famílias que ainda residem na região (dentro da UC), e outro grupo que reside em outras localidades, mas que mantêm ou mantiveram relação histórica com a localidade estudada. Procurou-se demonstrar correlação entre as práticas antigas e as atuais no que se refere a estratégias de vida dos moradores atuais.

Neste contexto, entender a função do lugar⁷ é imprescindível para o desenvolvimento daquilo que Halbwachs (1990) chama de memória coletiva, para o autor é impossível recuperar o passado sem um quadro espacial. Tal referência centra-se no espaço em que se estabeleceu e desenvolveu a Fazenda Pirelli, um espaço ocupado, percorrido, imaginado e praticado por trabalhadores e moradores.

Neste artigo é apresentado parte do contexto histórico de formação regional com foco na área transformada em Unidade de Conservação, ao final, espera-se demonstrar a relação dos atuais moradores na preservação da área, o que torna possível a manutenção dos mesmos dentro do Refúgio, segundo os critérios dos objetivos da referida UC (IDEFLOR-BIO, 2018).

DO CONTEXTO HISTÓRICO REGIONAL À IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

O imaginário sobre a Amazônia enquanto um “inferno verde” ou refletindo um sonho de redenção econômica do “el dourado” perdurou até o século XX (PIZARRO, 2012). A partir das décadas de 1940 e 1960, a Amazônia brasileira passa a receber fluxo maior de cientistas, o desenrolar dos estudos desenvolvidos por esses pesquisadores passam a demonstram

7 De acordo com Tuan (1983), os significados de espaço e de lugar estão unidos, no sentido de que um não pode ser definido sem o outro. Este autor coloca o lugar denotando segurança e estabilidade, por sua vez, atribui ao espaço uma concepção ligada à amplidão e liberdade.

que a Amazônia é composta de abundante história de ocupação humana anterior à chegada europeia na região (BALÉE, 1989; HECKENBERGER, 2005; ROOSEVELT, 1992). Após a entrada dos europeus no continente americano, as populações indígenas passam a sofrer baixas populacionais por diferentes fatores, dentre os quais a exploração da mão de obra escrava e a morte por doenças.

O avanço europeu, especialmente o português na Amazônia brasileira, consolida-se na exploração de produtos naturais que passam a ser valiosos nos mercados globais. Dentre esses produtos, a borracha dominou a maioria dos esforços extrativos (WEINSTEIN, 1993). Seu desenvolvimento esteve baseado em diferentes tipos de exploração da mão de obra, as quais poderiam oscilar entre pessoas livres até variados graus de escravidão, pode-se dizer que o sistema mais difundido foi o aviamento⁸. Por outro lado, a cana de açúcar dominou esforços produtivos, os quais eram largamente sediados na utilização de mão de obra escrava (ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 2004).

Os registros mais antigos da área relacionada à Fazenda Oriboca (atual UC em estudo), estão ligados tanto à cana de açúcar, quanto à exploração da borracha, estas evidências situam a localidade como representativa de ocupações de longo prazo, demarcada pelo início das atividades do antigo “Engenho Oriboca” em 1780 (MARQUES, 2004). A documentação deste engenho, com a utilização de mão de obra escrava, corroborou o processo de reconhecimento e a definição do Território Quilombola do Abacatal (TEQ Abacatal), adjacente à UC, na década de 2000 (ACEVEDO-MARIN; CASTRO, 2004). Estudos complementares (MARQUES 2003) a partir de trabalhos de arqueologia trouxeram luz a uma ocupação indígena, anterior ao período do engenho.

O entorno da área da Fazenda Pirelli, inserida na RMB e região Bragantina, teve sua ocupação incentivada pela Província do Estado do Pará, desde o século XIX (PENTEADO, 1967; HURTIENNE, 1999). Nunes (2009, 2012) afirma que esse processo de colonização, iniciado a partir de 1875, manteve-se até o governo do interventor Magalhães Barata (1930-1937). Esta ocupação possui ligação com o contexto da expansão da economia da borracha, entre 1840 e 1910 (WEINSTEIN, 1993).

Segundo Hurtienne (1999) haveria, ao menos, três momentos distintos no desenvolvimento da RMB: 1) período dos extrativistas tradicionais⁹ e agricultores itinerantes como os grupos indígenas, caboclos e ribeirinhos; 2) período dos colonos atraídos construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFBB) e, 3) a colonização pós 1950 com as estradas como a Belém-Brasília. Este processo contribuiu para a redução de matas primárias e promoveu a consolidação de um “campesinato agrícola” (HURTIENNE, 1999).

Em meio a este contexto, no território atual município de Marituba que, na década de 1950, foi instalado um dos maiores empreendimentos de seringa plantada do Pará, e uma das

8 Segundo Aramburu (1994, s/p), “O aviamento, termo cunhado na Amazônia, é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito [...] foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu em senha de identidade da sociedade amazônica”. Após o ciclo da borracha, o aviamento teria assumido roupagem menos policial, mas mantendo-se igualmente dominante em todas as esferas da produção.

9 Para esta categoria, utilizamos as definições consagradas na CF 1988 e na OIT 169, que são como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais.

maiores plantações de pimenta-do-reino. A Fazenda Oriboca, administrada pela empresa Pirelli S/A, da qual lhe rendeu o nome popular (PENTEADO, 1967).

A decisão da Pirelli S.A. em cultivar pimenta-do-reino teve por finalidade gerar lucro enquanto a empresa aguardava o tempo cinco anos de maturação do seringal plantado. Entre os anos de 1950 e 1970, o empreendimento da Pirelli atraiu a produção regional de borracha, extraída por moradores da região a partir de seringueiras nativas em diferentes locais.

O apogeu levou a empresa a construir diversas estruturas para atender a demanda produtiva e ao convívio de seus funcionários. Entre as estruturas somam-se igreja, escola, casas (com diferentes configurações a depender da hierarquia do funcionário), sedes administrativas, galpões de beneficiamento e estocagem, entre outros. Estas estruturas compõem parte do arcabouço material que pode colaborar para o uso público voltado ao lazer e ao turismo histórico.

Segundo IDEFLOR-Bio (2018) haveria famílias residentes quando da implantação da fazenda. A empresa Pirelli S.A. utilizou esta mão de obra local em suas atividades (PENTEADO, 1967). Os moradores tiveram suas residências deslocadas de áreas centrais da fazenda, em direção às áreas limite da propriedade. Parte destas famílias ainda hoje reside nessas localidades, que vieram a consolidar-se enquanto comunidades. Dentre estas comunidades, Ponta Negra e Santo Amaro, foram identificadas como populações ribeirinhas, portanto abarcada na categoria de populações tradicionais¹⁰ (IDEFLOR-BIO, 2018).

Após o último boom no mercado internacional da borracha, acionistas da Fazenda Pirelli optaram por criar gado na área, até que, em meados dos anos 1980, ocorre a falência definitiva da empresa, que à época era chamada de Guamá Agropecuária S/A. A área passa ao poder do governo do estado do Pará, levando à criação da UC, homologada em 2010.

Este contexto de consolidação que colocou a área sob sucessivas administrações privadas teve papel fundamental para que REVISMA seja, atualmente, o maior fragmento remanescente de Floresta Amazônica na RMB (IDEFLOR-BIO, 2018; ALMEIDA, 2013). Com grande diversidade de espécies¹¹ e vasto conteúdo histórico e cultural desde o período da escravidão até a exploração do látex. Apesar de estar localizado próximo aos centros urbanos, abriga importante conjunto de práticas culturais, típico de comunidades extrativistas tradicionais.

A UC ainda é pouco conhecida como área de preservação pela comunidade em geral, das sessenta (60) entrevistas realizadas com moradores da região, trinta e cinco (35) moradores alegam não saber o que é o Refúgio (IDEFLOR-BIO, 2018). A maioria da população circundante, bem como do poder público dos municípios adjacentes, reconhece a área como a “Fazenda da Pirelli”.

10 Para Diegues (2000), as populações tradicionais apresentam características que as diferenciam, e muito, das populações típicas dos meios urbanos maiores e mais industrializados. Possuem conhecimento profundo da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, os quais são os mantenedores de seu modo particular de vida.

11 Almeida (2013) registrou mais de 200 espécies de aves na UC, algumas delas endêmicas em situação de risco.

CONCLUSÕES

A história da Fazenda Pirelli foi construída pelas pessoas que tornaram este empreendimento possível, desde os ribeirinhos que coletavam seringa de modo autônomo, ou vendiam produtos alimentícios para a fazenda, até os engenheiros e técnicos estrangeiros que administraram o empreendimento. Como demonstrado aqui, a configuração local parece evidenciar que muitas famílias que residiam anteriormente na região, utilizando a floresta para sobreviver, permanecem em uma situação similar, mesmo após quase meio século de história. Isso pode ter favorecido a manutenção dessa grande área, que depois de ocupada pela empresa multinacional, foi mantida pela base produtiva aplicada pelas comunidades ribeirinhas, que pressupõe a floresta em pé e a adoção de técnicas de cultivo de baixo impacto, até transformar-se em Unidade de Conservação.

As atuais populações ribeirinhas e quilombolas continuam compondo a história da região, agora em um momento histórico no qual atuam com maior protagonismo. A partir da transformação da área da antiga fazenda em Unidade de Conservação, a despeito de possíveis conflitos neste tipo de processo (DIEGUES, 2000), esses moradores têm sido chamados a construir a gestão da UC, em conjunto com o órgão estatal (IDEFLOR-BIO, 2018). Muitos desafios em termos da reprodução das famílias deverão ser enfrentados, uma vez que há limitações para expansão das áreas de uso predefinidas para os moradores.

Os atributos históricos e culturais, expressos no modo de vida dos moradores tradicionais dentro e no entorno da UC, ganham força frente aos contextos de valorização dessas formas de organização no contexto do turismo cultural e histórico. Além disso, o Refúgio possui valores intrínsecos relacionados à natureza preservada, como os serviços ambientais associados (IDEFLOR-BIO, 2018).

O órgão gestor da UC, IDEFLOR-Bio, tem interesse em desenvolver um turismo histórico-ecológico na área, levando em consideração toda esta trajetória que perpassa a vida dessas pessoas. Ainda é necessário promover estudos de acompanhamento para saber quanto poder e autonomia serão dados às comunidades locais no processo de utilização turística de suas histórias de vida e quais serão as iniciativas do Órgão Gestor que garanta às comunidades a participação efetiva na gestão da UC.

Trabalhar com a perspectiva de uma história construída socialmente em sua relação com o lugar é um desafio corrente, em que a relevância da memória coletiva (HALBWACHS, 1990) torne possível aos agentes envolvidos garantirem seus reconhecimentos, neste contexto estudado ainda se faz a partir de ferramentas da história oral (THOMPSON, 2002), em uma concepção de história do tempo presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACEVEDO- MARIN, R. A.; CASTRO, E. *No caminho de pedras de Abacatal: experiências sociais de negros no Pará*. Belém: CEJUP/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2004.

ALBERTI, V. *Narrativas na história oral* (Proposta de Simpósio Temático apresentada à Associação Nacional de História – ANPUH, com vistas à participação no XXII Simpósio Nacional de História, a se realizar em João Pessoa, PB, 27 jul-01 ago de 2003). *Boletim Eletrônico da ABHO – Especial N° 1*, nov. 2002.

ALMEIDA, M. D. *Observação de Aves no Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia: Uma Contribuição Para A Conservação Ambiental Da Unidade E Ao Desenvolvimento Turístico Do Estado Do Pará*. Manaus: INPA, 2013.

ARAMBURU, M. Aviamento, Modernidade e Pós-Modernidade no interior Amazônico. In: *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*, v.9, n.25. São Paulo jun. 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_09.htm> Acessado em 20 de agosto de 2018.

BALÉE, W. *Cultura na Vegetação da Amazônia Brasileira*. In: NEVES, W. (org). *Biologia e Cultura Humana na Amazônia: Avaliação e Perspectivas*. Belém: MPEG, 1989.

BOM MEIHY, J. C. S. *Manual de história oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Sistema nacional de unidades de conservação*. Brasília, DF, 2000.

DARTIGUES, A. Paul Ricoeur e questão da identidade narrativa. In: CESAR, C. M. (Org.). *Paul Ricoeur. Ensaíos*. São Paulo: PAULUS, 1998.

DIEGUES, Antônio C. *Mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. HUICITEC: USP, São Paulo, 2000.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HECKENBERGER, M. *The ecology of power – culture, place, and personhood in the southern Amazon*. A.D 1000-2000. New York and London: Routledge, 2005.

HURTIENNE, T. *A Agricultura familiar e o desenvolvimento Sustentável: problemas conceituais e metodológicos no contexto histórico da Amazônia*. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 30, n. Especial, 1999, p. 442-466.

IDEFLOR-BIO. *Plano de Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia*. Belém: Instituto Avaliação, 2018.

JEUDY, H. *Memórias do Social*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

MARQUES, F. L. T. *Programa de salvamento e monitoramento de sítios arqueológicos no traçado da Alça Rodoviária – Belém/PA*. Belém: MPEG, 2003.

MARQUES, F. L. T. *Modelo da Agroindústria Canavieira Colonial no Estuário Amazônico: Estudo Arqueológico de Engenhos dos Séculos*. Porto Alegre: PUCRS, 2004.

NUNES, F. A. A colonização agrícola e núcleos coloniais das terras de florestas da Amazônia Oriental. *Revista Aedos PPGH UFRGS*, Porto Alegre, v. 2, 2009. Acessado em: 07 nov. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10587>

NUNES, F. A. A Lei de Terras e a Política de Colonização estrangeira na Província do Pará. *Revista Tempos Históricos*, Belém, v. 16, 2012, p. 99-126. ISSN 1517-4689. Acessado em: 07 nov. 2017. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/viewFile/8099/5992>

PARÁ. *Relatório de Informações Coletadas em Entrevista com Moradores Residentes na Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre MetrÓpole da Amazônia*. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Belém, 2012.

PENTEADO, A. R. *Problemas de colonização e uso da terra na região Bragantina do estado do Pará*. Belém: UFPA, 1967.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PIZARRO, A. *Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização* (Trad. Rômulo Monte Alto). Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

ROOSEVELT, A. Arqueologia Amazônica. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

SANTOS, R. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

THOMPSON, P. História oral e contemporaneidade. *Rev. de História Oral*, v. 5, 2002. Acessado em 25/10/2017. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=47&path%5B%5D=39>

TUAN, Y.F. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC, 1993.